

EDITORIAL

EFICÁCIA NO COMBATE AO ROUBO E AO FURTO DE AUTO

A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO apresentou à imprensa, no dia 29 de abril, a sua mais nova arma de combate ao furto e roubo de veículos: o depósito de peças recolhidas de ferros-velhos fechados por policiais da Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis (DRFA), por estarem em situação irregular. Na ocasião, foram destruídas cerca de 2 mil peças não reclamadas pelos proprietários daqueles estabelecimentos.

Localizado em área de 4.500 m² pertencente à União, no bairro de Irajá, o galpão utilizado como depósito foi inteiramente reformado pelo Sindicato das Seguradoras do RJ/ES e passou a contar com 40 boxes para guarda identificada das peças recolhidas pela polícia, além de espaço destinado a uma extensão da DRFA.

Dispostas ao longo do corredor central do depósito, as peças foram destruídas por trator com rolo compressor. Entre elas, para-choques, portas e outros itens de carroceria, que encontram maior valor no mercado marginal até então mantidos livremente por ferros-velhos de todo o Estado do Rio de Janeiro. Presentes ao evento, o Secretário de Segurança, José Mariano Beltrame; a Chefe de Polícia, Delegada Martha Rocha; o Delegado Titular da DRFA, Márcio Dubugras; outras

autoridades da Segurança Pública e integrantes da diretoria do Sindicato das Seguradoras. O acontecimento teve grande cobertura na imprensa, e figurou com destaque em noticiário da televisão e dos principais jornais do Rio.

A viabilização do projeto de utilização do depósito veio coroar uma série de medidas apoiadas pelo Sindicato para implementação integral da Lei Estadual nº5042, de 12/06/2007. Pioneira entre todas as legislações estaduais no Brasil, a "lei dos ferros-velhos" é um marco na história do combate à criminalidade no Rio de Janeiro. Por ela, transferiu-se do Detran para a DRFA a fiscalização dos ferros-velhos, que passaram a ter a obrigação de efetuar seu registro naquela Delegacia, como condição de funcionamento.

Além disso, todas as peças encontradas nos ferros-velhos têm que ter comprovação de procedência legal. Aquelas que não tiverem certificação de origem estão sujeitas à apreensão e recolhimento ao depósito destinado a essa finalidade. A lei também prevê que peças recolhidas e não reclamadas, em até 180 dias, serão destruídas ou alienadas mediante procedimento próprio.

Além da instalação das UPPs, outras iniciativas da polícia, apoiadas pelo Sindi-

cato, têm contribuído significativamente para uma redução significativa dos índices de roubos e furtos de veículos no Estado do Rio de Janeiro, e amenização de seus efeitos patrimoniais para as seguradoras e proprietários. Destaque-se entre elas o funcionamento do Pátio Legal, que já devolveu quase 100 mil veículos a seus legítimos donos; a participação na reforma das instalações da DRFA, em São Cristóvão; e o convênio que o Sindicato mantém com o Disque-Denúncia, para obtenção de informações sobre roubo e furto de veículos em todo o Estado do Rio.

Para que se tenha idéia do aumento da eficiência do trabalho da polícia na repressão ao roubo e ao furto de automóveis, basta citar o índice que vem sendo sistematicamente levantado pelo Sindicato, pelo qual a frequência nessas modalidades de crimes caiu de 3,43% para 1,47%, entre março de 2007 e dezembro de 2010. Essa forte redução em tão pouco tempo, fato inédito no Brasil, demonstra o acerto da estratégia adotada pela Diretoria do Sindicato no sentido de colaborar com as autoridades policiais na elaboração e execução de um ciclo de iniciativas articuladas e dirigidas especificamente ao combate ao roubo e ao furto de veículos.

■ página 2:

BELTRAME ACOMPANHA PRIMEIRA
DESTRUIÇÃO DE PEÇAS APREENDIDAS

■ página 3:

PARCERIA DO SINDICATO
VIABILIZA AÇÃO DA POLÍCIA CIVIL

■ página 4:

SEMINÁRIO TÉCNICO-JURÍDICO REÚNE
MAGISTRADOS NO ESPÍRITO SANTO

DESTRUIÇÃO DE PEÇAS DE FERROS-VELHOS ILEGAIS FECHA CICLO NO COMBATE AOS ROUBOS E FURTOS DE VEÍCULOS

NO DIA 29 DE ABRIL, foi realizada a primeira destruição de peças de veículos apreendidas em ferros-velhos pela Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis (DRFA) da Polícia Civil do Rio de Janeiro. O material havia sido confiscado em setembro do ano passado em operações de repressão a ferros-velhos da região metropolitana do Rio de Janeiro. Foram presas 112 pessoas nas ações da Polícia.

Ao todo, cerca de duas mil peças foram destruídas no depósito da Delegacia localizado em Irajá, na Zona Norte do Rio de Janeiro. A inutilização foi feita por um rolo-compressor também usado para a destruição de armas

de fogo. O depósito ainda armazena outras oito mil peças apreendidas que só poderão ser destruídas após o prazo legal de seis meses.

Na avaliação do secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, esta ação significa um ciclo que se fecha no combate aos roubos e furtos de automóveis e "vai virar rotina de agora em diante". O secretário explicou que a inutilização das peças impede que elas voltem para o mercado clandestino.

O procedimento é amparado na lei estadual 5.042/2007, que diz: " ... o material apreendido que não for restituído ao autuado será leiloado como sucata ou destruído, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, depois de esgotada a via recursal administrativa". A lei admite ainda que os donos dos estabelecimentos autuados possam reclamar o material

apreendido dentro desse prazo. "Mas até hoje, nenhum dono contestou as apreensões. É a prova de que o material é oriundo de roubos de carros", destacou o delegado-titular da DRFA, Márcio Mendonça.

Mendonça esclareceu que o material resultante da destruição será leiloado para empresas de reciclagem e que o dinheiro arrecadado será usado em melhorias, como a aquisição de caminhões, pás mecânicas e rolos-compressores para o depósito e para a Delegacia. Na ocasião, também estiveram presentes a chefe da Polícia Civil, delegada Martha Rocha, o vice-presidente Lucio Marques e o diretor executivo do Sindicato das Seguradoras RJ/ES, Ronaldo M. Vilela.

PRIMEIROS RESULTADOS:

10.000 peças apreendidas

2.000 peças já destruídas

112 pessoas presas



O secretário Beltrame, a chefe de polícia Martha Rocha e o delegado Márcio Mendonça assistiram à destruição ao lado de diretores do Sindicato

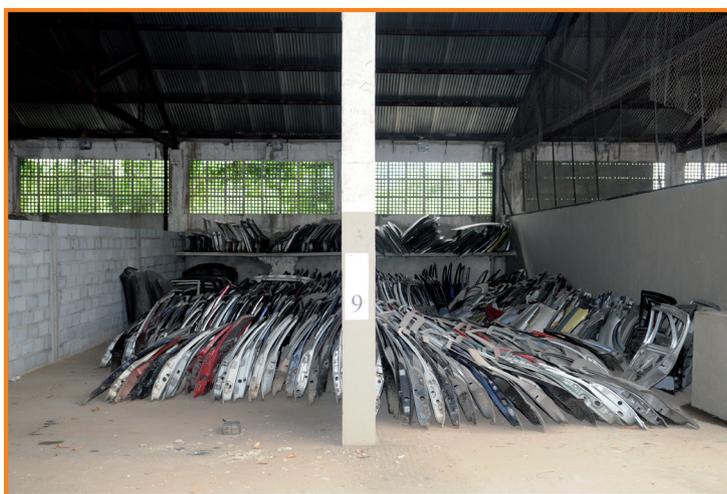
PARCERIA DO SINDICATO COM A POLÍCIA DO RIO VIABILIZOU A INSTALAÇÃO DO DEPÓSITO

A DRFA CONTOU COM A PARCERIA do Sindicato das Seguradoras do RJ/ES na reforma e conversão do galpão onde foi realizada a destruição de peças apreendidas em ferros-velhos ilegais do Grande Rio. O depósito para armazenar o material confiscado nas operações de repressão aos ferros-velhos foi inaugurado há seis meses. Localizado na Avenida Brasil, próximo à Rodovia Presidente Dutra, era ocupado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) e foi cedido pelo órgão à Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis da Polícia Civil (DRFA). Ocupa uma área de 4.500 m² e dispõe de 40 boxes para a guarda de peças apreendidas e armazena atualmente cerca de 8 mil peças confiscadas.

"O local para a guarda das peças tornou realmente eficaz a repressão porque permitiu retirar dos comerciantes as mercadorias que seriam vendidas

DE ACORDO COM A POLÍCIA CIVIL, CERCA DE 20% DOS VEÍCULOS ROUBADOS E FURTADOS TÊM COMO DESTINO OS FERROS-VELHOS ILEGAIS, O QUE REFORÇA A NECESSIDADE DA REPRESSÃO A ESSA ATIVIDADE COMO FORMA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO.

no mercado ilegal", afirmou o delegado titular da DRFA, Márcio Mendonça. Segundo Mendonça, antes do depó-



O secretário de Segurança e a chefe da Polícia Civil agradeceram a ajuda do Sindicato na reforma do galpão onde foi instalado o depósito

sito, a Polícia fechava os ferros-velhos ilegais mas não levava as peças, que acabavam sendo vendidas clandestinamente. "Com as operações frequentes da DRFA e o recolhimento das peças já se percebe que proprietários de estabelecimentos ilegais começam a passar o ponto, o que era impensável algum tempo atrás", disse o delegado.

Ao disciplinar o cadastramento de estabelecimentos destinados ao corte ou ao desmonte de veículos au-

tomotores, a lei estadual 5042/2007 constitui-se em instrumento fundamental no combate ao roubo e furto. A lei delegou à Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis da Polícia Civil (DRFA) a função de fiscalizar o cumprimento da legislação. O seu pleno cumprimento, no entanto, esbarrava na ausência de um local para armazenagem das peças apreendidas. O depósito veio para resolver essa limitação.

MAGISTRADOS DO ESPÍRITO SANTO PARTICIPAM DE SEMINÁRIO TÉCNICO-JURÍDICO SOBRE SEGURO

O DEBATE E A INTERAÇÃO marcaram o II Seminário Técnico-Jurídico sobre Seguros realizado nos dias 15 e 16 de abril, em Pedra Azul, pela Escola da Magistratura do Espírito Santo e pela Escola Nacional de Seguros, com o apoio do Tribunal de Justiça e da Associação dos Magistrados do Espírito Santo e organização do Sindicato das Seguradoras do RJ/ES. Temas de interesse da magistratura relacionados com o contrato de seguros foram tratados em painéis que tiveram participação total de 53 desembargadores e juízes de várias instâncias.

Os elementos essenciais do contrato de seguro – prêmio, risco e boa-fé – foram analisados pelo advogado e consultor jurídico do Sindicato, Ricardo Bechara. Em painel sobre seguro de dano, Bechara tratou, à luz do Código Civil, de questões relacionadas com o princípio indenitário e o agravamento de risco, como a embriaguez ao volante.

No painel seguinte, o advogado Luís Felipe Pellon suscitou a discussão sobre alguns aspectos fundamentais do seguro de pessoa, como a declaração do segurado e o exame médico na aceitação do risco e os acidentes pessoais com invalidez. Pellon debateu com os magistrados decisões de alguns tribunais, as quais considera equivocadas, tais como a necessidade do exame mé-

co do segurado em algumas situações na aceitação do seguro.

O excesso de ações judiciais para recebimento do DPVAT, sem o prévio recurso à via administrativa, foi amplamente discutido no painel sobre o seguro que indeniza

de o índice de pedidos de indenização rejeitados não superar 3,5%.

Em palestra sobre o seguro-saúde, o diretor executivo da Federação Nacional de Saúde Suplementar, José Cechin, alertou para a inviabilidade do sistema de prote-

ção atual diante da tendência de envelhecimento da população e do aumento dos custos da saúde, devido principalmente ao avanço da tecnologia. Cechin também tratou da discriminação por faixa de idade e questionou decisões judiciais que impedem reajustes previstos em contratos antigos, mas juridicamente perfeitos.

O seminário foi encerrado com palestra do Ministro João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça, que alertou os juízes para não se deixarem levar pelas sensações pessoais no julgamento de questões que são técnicas. “O juiz precisa ter sensibilidade social, mas também responsabilidade com os agentes econômicos, pois todo desequilíbrio contratual penaliza, em última instância, o consumidor”. O ministro ressaltou a importância de eventos como aquele seminário porque possibilitam aos juízes a aquisição

de conhecimento mais aprofundado do contrato de seguro, especialmente quanto as peculiaridades que se apresentam, no momento do pagamento das indenizações.



O Ministro João Otávio de Noronha encerrou o seminário, marcado pela interação dos magistrados com os debatedores como Ricardo Bechara, consultor jurídico do Sindicato



as vítimas de acidentes de trânsito. O advogado André Faoro, consultor jurídico da Seguradora Líder DPVAT, disse que existem 250 mil ações judiciais em curso, apesar

EXPEDIENTE

Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho (Seguradora Líder – DPVAT) **Vice-Presidentes:** Federico Baroglio (Generali); Oswaldo Mário Pêgo de Amorim Azevedo (Sul América); Lúcio Antonio Marques (Previdência do Sul); Roberto de Souza Santos (Azul); **Diretores:** Carlos André Guerra Barreiros (Itaú-Unibanco); Fabio Lins de Castro (Prudential); Fabio de Oliveira Moser (Brasilcap); José Carlos Lyrio Rocha (Banestes); Laur Fernandes Diuri (Allianz); Luiz Antônio Mac Dowell da Costa (Brasilveículos); Luiz Augusto Momesso (Aliança da Bahia); Marcos Acildo Ferreira (Marítima); Murilo Setti Riedel (HDI); Rafael Romanhol (Icatu); Ricardo Ferreira (Zurich Minas Brasil); Sérgio Carvalhaes de Brito (Tokio Marine); Wilson Toneto (Mapfre) | **Representante da FUNENSEG:** Renato Campos Martins Filho | **Diretor Executivo:** Ronaldo M. Vilela | **Produção:** FSB Comunicações | **Coordenação:** Carlos Grandin | **Redação e Edição:** Bernardo Andrade | **Projeto Gráfico:** Bruno Bastos | **Diagramação:** Manuel Amado R. Senador Dantas, 74 / 17º - Centro - RJ - CEP 20031-205 - Tel. 2240-9008 - www.sindicatodasseguradorasrj.org.br